

PLS 642/2015

Autor: Senador Magno Malta

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	programas para incentivo à fidelidade de clientes modificado em 30/09/2015 às 15:53
O que é	Estabelece que, nos programas para incentivo à fidelidade de clientes por acúmulo de bonificações ao consumir determinados produtos ou serviços, os consumidores deverão ser informados com 90 dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento. Determina que as bonificações são pessoais e intransferíveis, salvo em caso de sucessão ou herança, e não poderão ter prazo máximo de validade. modificado em 30/09/2015 às 15:53

Ação ABEAR

Etapas	Etapa 2 Etapa 2 com Descrição no limite de Caracteres(150) fjasdhjf ahsd kfasd hfkja hsdkfjah skdjhf kajshd fjkas hdf hasdkjhfakjsd hfkajshdkjfasdfasdfas sdf
Sub-etapas	Sub-Etapa 2 #Etapa2 Descrição Sub-Etapa1 #Etapa2 fjkdsafh kjasd hjf haksd hfkjlajh dskfhakjsdh fkauiqetuiy iuyt uieqwrh th dfg snv xcm,nmn jkahfjkshd jkfh alsdihoiasdfas
Situação	Prazo aberto 01/10/2015 - Recebimento de emendas perante as Comissões Último local: 25/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Último estado: 25/09/2015 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS modificado em 30/09/2015 às 15:53
Nossa Posição	modificado em 15/10/2015 às 16:24

PLS 612/2015

Autor: Senador Hélio José

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	destinação do Fundo Nacional de Aviação Civil para indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície. modificado em 30/09/2015 às 15:52
O que é	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para autorizar a utilização do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC para pagamento de indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície, assegurado o direito de regresso da União contra o proprietário ou o explorador da aeronave, os demais responsáveis e as respectivas companhias seguradoras.

modificado em 30/09/2015 às 15:52

Ação ABEAR

Etapas	<p>Etapa 1</p> <p>DEscrição da Etapa 1 glsjkdcljfkaskldfkjahs dkjf gajskd hfjklsdlkfh aksdhf lkjasdh flkjha sldkj hflkjaskdh fklja hsdkjfh klasdh flkajsdh flkjashd flkj</p>
Sub-etas	
Situação	<p>Último local: 24/09/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos</p> <p>Último estado: 24/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:52</p>
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:52

PLS 336/2015

Autor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>Disciplina a atividade de lobby</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:49</p>
O que é	<p>Disciplina a profissão de lobista e a atividade de lobby, que tem por objetivo favorecer ou contrariar, direta ou indiretamente, interesse próprio ou de pessoa física ou jurídica, ente de direito público ou grupo de pressão ou de interesse, ou de qualquer forma influenciar a tomada de decisões administrativas, regulamentares e legislativas.</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:49</p>

Ação ABEAR

Etapas	
Sub-etas	
Situação	<p>Relator atual: Ricardo Ferraço</p> <p>Último local: 08/06/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</p> <p>Último estado: 08/06/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:49</p>
Nossa Posição	<p>Apesar de parecer de GV em 03/nov/2015, há interesse em acompanhar a matéria devido a atuação da ABEAR</p> <p>modificado em 03/11/2015 às 17:08</p>

PLS 241/2015

Autor: Senador Ronaldo Caiado

Relator:

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora
modificado em 30/09/2015 às 15:48

O que é Altera a Lei nº 9.986/00, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora.
modificado em 30/09/2015 às 15:48

Ação ABEAR

~~Etapas~~

~~Sub-etapas~~

Situação 04/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Último estado: 04/05/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
modificado em 30/09/2015 às 15:48

Nossa Posição
modificado em 30/09/2015 às 15:48

PLS 207/2015

Autor: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Relator:

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco indicação de dirigentes de Agências Reguladoras
modificado em 30/09/2015 às 15:46

O que é Acrescenta parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.986/2000 (Lei de Gestão de Recursos Humanos das Agências Reguladoras), para determinar que as agências reguladoras terão Conselheiros ou Diretores para fins de substituição ou interinidade. Na falta de indicação pelo Presidente da República para cargo vago, em até 120 dias, o Senado Federal apreciará a escolha do dirigente interino, como se indicado fosse.
modificado em 30/09/2015 às 15:46

Ação ABEAR

~~Etapas~~

~~Sub-etapas~~

Situação 01/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Último estado: 01/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
modificado em 30/09/2015 às 15:46

Nossa Posição
modificado em 30/09/2015 às 15:46

PLS 551/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	CBA modificado em 29/09/2015 às 12:28
O que é	Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estabelecer que o eventual acréscimo de preço para alocação do passageiro em novo voo doméstico nas poltronas reservadas para a mesma faixa tarifária não poderá exceder ao valor do bilhete vendido. modificado em 29/09/2015 às 12:28

Ação ABEAR

Etapas

Sub-etas

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:28

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:28

PLS 516/2015

Autor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Relator:

Status: em análise

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	CBA modificado em 29/09/2015 às 12:27
O que é	Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir que companhias aéreas de países do Mercosul operem no Brasil. modificado em 29/09/2015 às 12:27

Ação ABEAR

Etapas

Sub-etas

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:27

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:27

PLS 411/2015

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP-PI)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

acompanhamento de cão guia
modificado em 29/09/2015 às 12:26

O que é

Altera a Lei nº 11.126/2005, que dispõe sobre cão-guia, para estender aos portadores de outras deficiências o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.
Classificação: relações
modificado em 29/09/2015 às 12:26

Ação ABEAR

Etapa

Sub-etapa

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:26

Nossa Posição

DIVERGENTE

O assunto, no âmbito do transporte aéreo, já está regulamentado pela ANAC, em sua Resolução 280, de 11 de julho de 2013, verbis:

Cão-Guia ou Cão-Guia de Acompanhamento

Art. 29. O PNAE usuário de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento pode ingressar e permanecer com o animal no edifício terminal de passageiros e na cabine da aeronave, mediante apresentação de identificação do cão-guia e comprovação de treinamento do usuário.

§ 1º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser transportados gratuitamente no chão da cabine da aeronave, em local adjacente ao de seu dono e sob seu controle, desde que equipado com arreo, dispensado o uso de focinheira.

§ 2º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser acomodados de modo a não obstruir, total ou parcialmente, o corredor da aeronave.

§ 3º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento em fase de treinamento devem ser admitidos na forma do caput quando em companhia de treinador, instrutor ou acompanhante habilitado.

§ 4º O operador aéreo não é obrigado a oferecer alimentação ao cão-guia ou ao cão-guia de acompanhamento, sendo esta responsabilidade do passageiro.

Art. 30. Para o transporte de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento em aeronave, devem ser cumpridas as exigências das autoridades sanitárias nacionais e do país de destino, quando for o caso.

modificado em 29/10/2015 às 11:26

PLS 289/2015

Autor: Senador Gladson Camelli

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	obrigação de um tripulante que fale português modificado em 29/09/2015 às 11:57
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para tornar obrigatório que empresas estrangeiras que operem transporte internacional de passageiros no País tenham, pelo menos, um comissário de bordo que fale a língua portuguesa, em cada aeronave. modificado em 29/09/2015 às 11:57

Ação ABEAR

Etapa

Sub-etapa

Situação	SF - CCJ, em 21/05/2015: prazo para apresentação de emendas. 08/07/2015 - CCJ - 08/07/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 29/09/2015 às 11:57
-----------------	---

Nossa Posição

PL Propõe seja acrescentado mais um parágrafo ao art. 203 do CBA, com a seguinte redação:

?Art. 203.....

§ 1º

§ 2º As empresas estrangeiras de transporte aéreo internacional que embarquem ou desembarquem passageiros no País deverão ter na sua tripulação, no mínimo, um comissário que fale a língua portuguesa." (

As empresas estrangeiras são regidas pelas normas do país de suas respectivas bandeiras e pelos tratados, convenções e atos internacionais de que seus países sejam partes e, não, por normas internas brasileiras, que são insuscetíveis de serem-lhes aplicadas.

modificado em 29/09/2015 às 11:57

PLS 197/2015

Autor: Senador Cristóvam Buarque (PDT/DF)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	Dispõe sobre segurança de voo modificado em 29/09/2015 às 11:55
-------------	--

O que é	Estabelece que na cabine de comando das aeronaves que disponham de porta separatória que possa ser trancada por dentro, e que sejam utilizadas para a realização de voos regulares, deverá haver, em todos os momentos do voo, a presença de ao menos dois tripulantes, na forma do regulamento. modificado em 29/09/2015 às 11:55
Ação ABEAR	
Etapas	
Sub-etapas	
Situação	SF - CCJ, em 09/04/2015: aguarda apresentação de emendas modificado em 29/09/2015 às 11:55
Nossa Posição	DIVERGENTE Trata-se de matéria já regulada pela ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto. modificado em 29/09/2015 às 11:55

PLS 219/2015

Autor:	Senador Romario (PSB-RJ)			Relator:	Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)							
Status:	em acompanhamento			Tema:	Administração Aeroportuária		Prioridade:	Não		Notas Técnicas:	Não	
Foco	Acessibilidade ao PNAE modificado em 29/09/2015 às 10:14											
O que é	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência. modificado em 29/09/2015 às 10:14											
Ação ABEAR												
Etapas												
Sub-etapas												
Situação	SF - CDH Relatora retirou para reexame da matéria. 26/08/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim PT/RS, designa o Senador Donizeti Nogueira PT/TO relator "ad hoc". A matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatoria "ad hoc", para análise. modificado em 29/09/2015 às 10:14											
Nossa Posição	A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo foi regulamentada pela ANAC, por meio da Resolução 280/2013 (Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao											

transporte aéreo e dá outras providências), cujo art. 20 estabelece:

Art. 20. O embarque e o desembarque do PNAE que dependa de assistência do tipo STCR, WCHS ou WCHC devem ser realizados preferencialmente por pontes de embarque, podendo também ser realizados por equipamento de ascenso e descenso ou rampa.

§ 1º O equipamento de ascenso e descenso ou rampa previstos no caput devem ser disponibilizados e operados pelo operador aeroportuário, podendo ser cobrado preço específico dos operadores aéreos.

Em vista disso e considerando que a ANAC já adotou a regulação objeto da proposição legislativa, torna-se desnecessário a conversão do projeto em lei.

modificado em 29/09/2015 às 10:14

PLS 101/2015

Autor: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relator: Senador Aluysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	Fixa sanção para os casos de cancelamento, interrupção ou atraso de voo modificado em 29/09/2015 às 10:10
O que é	Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e materiais sofridos. modificado em 29/09/2015 às 10:10

Ação ABEAR

~~Etapas~~

~~Sub-etapas~~

Situação

DIVERGENTE

O PLS prevê que em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, o valor do bilhete de passagem, se o passageiro assim o preferir. Determina, também, o pagamento de indenização ao passageiro, a título de compensação, sem prejuízo dos danos morais e materiais sofridos, nos seguintes percentuais e desde que o atraso ou interrupção não decorra de más condições meteorológicas: 10% se o atraso for superior a duas horas; 20% se superior a quatro horas; 50% se superior a oito horas e 100% se superior a doze horas.

Estabelece, ainda, que quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por

período superior a 04 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço e que todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil. Propõe, também, que o transportador deverá indenizar os passageiros em 100% (cem por cento) do valor pago pela passagem adquirida nos casos de interrupção ou atraso por mais de quatro horas, desde que o cancelamento, interrupção ou atraso não ocorra devido às más condições meteorológicas devidamente comprovadas pelos órgãos competentes.

Todavia, é omissa quanto à exclusão da responsabilidade administrativa ou civil da empresa transportadora nas hipóteses em que o cancelamento, a interrupção ou o atraso de voo decorrer de qualquer outra circunstância que não proveniente de más condições meteorológicas, tais como saturação de terminal de embarque e desembarque de passageiros; saturação de pátios de estacionamento ou pistas de aterrissagem/decolagem; sequenciamento de pousos/decolagens; tempo de voo dilatado por órbita; quebra de ponte de embarque; falta de ônibus para o embarque/desembarque de passageiros; pane no equipamento de raio-x; esteiras inoperantes; tráfego aéreo congestionado; radares inoperantes ou outras circunstâncias imprevistas ou imprevisíveis que excluem a responsabilidade do operador aéreo por atrasos, cancelamentos ou interrupções de voos, nos termos estabelecidos na alínea ?n? do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e no item 6.4 do Capítulo 6 da IAC 1504.

A proposição, portanto, implica em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial.

modificado em 29/09/2015 às 10:10

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:10

PLS 330/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo

modificado em 28/09/2015 às 17:05

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.

modificado em 28/09/2015 às 17:05

Ação ABEAR

Etapa	
Sub-etapa	
Situação	SF/ CCJ. Em 17/06/2015 foi designado relator o Senador Jader Barbalho modificado em 28/09/2015 às 17:05
Nossa Posição	DIVERGENTE
	<p>O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações.</p> <p>No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:05</p>

PLS 02/2015

Autor:	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)			Relator:	Senador Jader Barbalho				
Status:	em acompanhamento		Tema:	Capital Estrangeiro		Prioridade:	Sim	Notas Técnicas:	Sim
Foco	Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 17:02								
O que é	Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo. modificado em 28/09/2015 às 17:02								

Ação ABEAR

Etapa	
Sub-etapa	
Situação	<p>SF ? CCJ em decisão terminativa. Designado relator o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). 26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado. 18/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 11h, relatório reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), com voto pela aprovação do Projeto 24/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania modificado em 28/09/2015 às 17:02</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas</p>

brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS.

modificado em 28/09/2015 às 17:02
